



BANCO
MERCANTIL DE
INVESTIMENTOS

Demonstrações Financeiras Individuais

Junho de 2025

Senhoras e Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Mercantil de Investimentos S.A.

- **Conjuntura Econômica**

Na economia global, indicadores recentes apontam para significativo desaquecimento da atividade econômica mundial. O acirramento de conflitos geopolíticos e a elevação de protecionismos comerciais multilaterais, por meio de elevação de tarifas alfandegárias, continuam intensificado a conjuntura de incertezas na economia internacional. Neste cenário, as expectativas são de crescimento do PIB em 2025 bem inferior aos 3,2% registrados em 2024.

No Brasil, a inflação e taxa de juros altas são os principais vetores da desaceleração econômica em 2025. Somam-se a esse cenário a anunciada elevação de tarifas alfandegárias sobre exportações de produtos brasileiros para o mercado norte-americano, reforçando expectativas de desempenho bem inferior à expansão de 3,4% do PIB registrada em 2024.

De fato, constata-se desaceleração da atividade econômica em importantes setores da economia nacional, na comparação com igual período de 2024, não obstante a favorável expansão de 1,4% do PIB no primeiro trimestre, proporcionado pela favorável expansão do agronegócio.

Na produção industrial, a expansão de 1,8% no acumulado dos cinco primeiros meses do ano (últimos dados de mercado) mostra importante desaceleração frente aos 2,5% em igual período de 2024. A performance do comércio varejista ampliado, que inclui veículos, partes, peças e material de construção, acumulou alta de 1,1% até maio de 2025, ante evolução de 4,8% de igual período de 2024. Por outro lado, o setor de serviços alcançou crescimento de 2,5%, superior aos 2,0% em igual base de comparação com 2024.

Quanto ao comércio exterior, as exportações alcançaram US\$ 165,9 bilhões no primeiro semestre (US\$ 167,0 bilhões em igual período de 2024), queda de 0,7%; e as importações somaram US\$ 135,8 bilhões (US\$ 125,3 bilhões em igual período de 2024), crescimento de 8,3%. O superávit comercial no semestre foi de US\$ 30,1 bilhões, ante US\$ 41,7 bilhões em igual semestre de 2024.

Quanto a inflação, nota-se que a alta dos preços dos bens e serviços tem mostrado resiliência frente ao ciclo de elevação da taxa de juros Selic. A alta do IPCA alcançou 2,99% no semestre, ante 2,48% em igual período de 2024. Nos últimos doze meses findos em junho, o IPCA acumulou alta de 5,35%. Projeções recentes apontam para inflação anual em 2025 da ordem de 5,10%, ante 4,83% em 2024.

Nesse contexto, a taxa Selic, que tem se constituído no principal instrumento utilizado visando a convergência da inflação para a meta governamental, tem sido elevada gradativamente e saltou de 10,50% ao ano em setembro de 2024 para 15,0% ao ano em junho de 2025.

O crédito no Sistema Financeiro Nacional evoluiu 3,0% no acumulado até maio (últimos dados de mercado), ante 2,7% em igual período de 2024. O segmento de pessoas físicas cresceu 4,1% nesse período, ante 4,3% em igual período do ano anterior. As provisões para risco de crédito no Sistema Financeiro Nacional posicionaram-se em 7,2%.

- **Sobre o Banco Mercantil de Investimentos**

O Banco Mercantil de Investimentos (BMI), controlado pelo Banco Mercantil do Brasil S.A., é uma instituição financeira com capital aberto com mais de cinco décadas de atuação no mercado financeiro nacional. Ao longo de sua trajetória, consolidou uma posição sólida no mercado de capitais, com presença na estruturação de operações especializadas e no desenvolvimento de soluções customizadas para seus clientes.

O BMI oferece um portfólio diversificado de produtos típicos do mercado de capitais, como Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e Imobiliário (CRI), Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), operações de securitização e emissões de valores mobiliários — incluindo Debêntures, Notas Comerciais e Cédulas de Produto Rural Financeira (CPR-F). A atuação da Instituição é marcada pela expertise de sua equipe, composta por profissionais altamente qualificados, com elevado conhecimento técnico e visão estratégica de

mercado. O relacionamento é conduzido tanto de forma direta com empresas emissoras e investidores, quanto por meio de parcerias com outras instituições financeiras.

A Instituição vem consolidando, de forma consistente, uma trajetória de crescimento sustentada por pilares como governança corporativa, inovação e proximidade com o mercado. Os resultados obtidos refletem o comprometimento da equipe, a capacidade de adaptação frente a um ambiente dinâmico e o foco contínuo em geração de valor.

No primeiro semestre de 2025, o BMI manteve sua atuação destacada no mercado de capitais, com a estruturação e coordenação de operações relevantes, reforçando seu papel como parceiro estratégico de empresas e investidores.

Gerenciamento de Capital e Gestão de Riscos

A gestão da estrutura de capital do BMI e a definição de seus limites operacionais são conduzidas de forma integrada com o Banco Mercantil do Brasil S.A., em conformidade com as normas de regência. O cálculo dos limites é realizado de forma consolidada com o controlador.

Ao final do primeiro semestre de 2025, o índice de adequação do capital (Basileia III) alcançou 17,1%, significativamente acima do mínimo regulatório exigido de 10,5%, já considerando o adicional de capital principal, evidenciando a robustez da Instituição em termos de capital e sua postura conservadora na gestão dos riscos.

A gestão dos riscos, incluindo riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e socioambiental, também é centralizada no controlador, que dispõe de estruturas especializadas e alinhadas às exigências regulatórias vigentes. Informações adicionais estão detalhadas na Nota Explicativa nº 16 das demonstrações financeiras.

>> Ativos e Passivos

O Ativo total posicionou-se em R\$ 613,1 milhões. As disponibilidades e demais ativos financeiros alcançaram R\$ 593,6 milhões), 96,8% do ativo total.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somam-se R\$ 106,4 milhões e são compostos por Certificados de Recebíveis do Agronegócio R\$ 64,5 milhões, Certificados de Recebíveis Imobiliários R\$ 22,9 milhões, Certificado de Direito Creditório do Agronegócio R\$ 9,2 milhões, Debêntures R\$ 4,9 milhões e Nota Comercial R\$ 4,9 milhões.

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados ao valor justo por meio do resultado posicionaram-se em R\$ 58,5 milhões e estão compostos por Cotas de Fundo Imobiliário R\$ 38,1 milhões e FIDC R\$ 20,4 milhões.

As Operações de Crédito e Outros Créditos totalizaram R\$ 302,7 milhões (49,4% do total do ativo) e estão classificadas, basicamente, no estágio 1.

No Passivo, os depósitos interfinanceiros perfazem R\$ 356,5 milhões e os depósitos a prazo R\$ 94,6 milhões. Os demais passivos estão representados, principalmente, por passivos fiscais correntes e diferidos, provisões fiscais, cíveis e trabalhistas de R\$ 16,3 milhões e outros passivos de R\$ 3,0 milhões.

>> Patrimônio Líquido e Resultado

O Patrimônio Líquido posicionou-se em R\$ 142,5 milhões e o Lucro Líquido do período foi de R\$ 4,9 milhões.

As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 31,5 milhões. Estão representadas, notadamente, por receitas com operações de crédito R\$ 20,8 milhões e resultado com operações com títulos e valores mobiliários R\$ 10,7 milhões.

O Resultado da Intermediação Financeira Líquido da Perda Esperada de Ativos Financeiros posicionou-se em R\$ 4,8 milhões (15,3% das Receitas da Intermediação Financeira).

As Receitas de Prestação de Serviços alcançaram R\$ 1,3 milhão (4,1% das Receitas da Intermediação Financeira).

As despesas de pessoal posicionaram-se em R\$ 4,1 milhões e as despesas administrativas perfazem R\$ 1,1 milhão. Maiores detalhamentos estão disponíveis nas notas explicativas 14.2 e 14.3.

No que tange às demais receitas e despesas, detalhamentos estão disponíveis na nota explicativa nº 14.

- **Demonstrações Financeiras no Padrão Contábil Internacional (IFRS)**

O BMI não está obrigado a apresentar demonstrações financeiras no padrão contábil IFRS, em conformidade com as normas em vigor. Informações sobre os ajustes que serão apresentados em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas em IFRS do Controlador poderão ser obtidas na nota explicativa nº 17.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Resolução CVM nº 162/2022, o BMI vem informar que os auditores externos, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, realizaram no período exclusivamente serviços de auditoria externa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando, registramos agradecimento aos acionistas e clientes, pela confiança e apoio com que nos têm prestigiado, bem como ao quadro de colaboradores pelo compromisso para com as metas e objetivos do Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Belo Horizonte, agosto de 2025.

Administração



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Mercantil de Investimentos S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2.2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 2.3 (b) 4, 5 e 6)

A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), em substituição à Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, que estabelece novos requerimentos de classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros, bem como para constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

A mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Resolução nº 4.966 do CMN, envolve um elevado nível de julgamento, por parte da administração, na determinação da provisão mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, incluindo informações prospectivas e critérios para determinar aumentos e reduções do risco de crédito.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e testes de controles internos relevantes para a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Em relação à metodologia para mensuração da provisão para perdas, aplicamos determinados procedimentos de auditoria, principalmente, relacionados à análise das políticas contábeis da administração em comparação com a Resolução nº 4.966 do CMN, testes dos modelos, incluindo o seu processo de aprovação e de validação de premissas adotadas para determinação das estimativas de perdas.

Adicionalmente, realizamos testes, em base amostral, sobre a avaliação de risco da contraparte, atrasos e outros aspectos que possam resultar em aumento ou redução significativa de risco de crédito, bem como a alocação das operações nos seus respectivos estágios e análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.



Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Provisões para passivos relacionados a processos judiciais e administrativos (Notas 2.3 (f) e 11)</p> <p>O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.</p> <p>Os processos podem ser encerrados após um longo tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também, aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes. A evolução de jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme.</p> <p>Assim, a mensuração e definição de reconhecimento dos passivos para processos judiciais e administrativos, envolve aspectos subjetivos e julgamentos exercidos pela administração do Banco.</p> <p>Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos principais procedimentos de auditoria abrangeram a atualização do entendimento dos processos internos relevantes relacionados à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro da provisão para passivos relacionados a processos judiciais e administrativos e as divulgações em notas explicativas, bem como testes sobre as bases de contingências.</p> <p>Com relação aos processos individualizados, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda. Realizamos testes da avaliação de risco dos principais processos de acordo com a sua natureza.</p> <p>Adicionalmente, realizamos procedimentos de confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como obtivemos confirmação com os assessores jurídicos responsáveis pelos principais processos judiciais e administrativos sobre a probabilidade de perda.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a apuração e registro contábil das provisões para processos judiciais e administrativos são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>

Ambiente de Tecnologia da Informação

O processamento das transações do Banco, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Assim, é importante a efetiva operação dos controles gerais de Tecnologia da Informação, bem como dos seus controles dependentes para

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos o nosso entendimento e realizamos testes sobre os principais controles gerais de Tecnologia da Informação, controles automatizados ou dependentes de Tecnologia da Informação, bem como os controles compensatórios, quando aplicável.



Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
assegurar o processamento correto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações.	Em nosso plano de trabalho, consideramos também testes relacionados à acesso lógico, aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas e à segurança de acessos a programas e banco de dados.
Portanto, o ambiente de Tecnologia da Informação continua sendo uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.	Como resultado desses trabalhos consideramos que os processos e controles do ambiente de Tecnologia da Informação nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Banco Mercantil de Investimentos S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas



Banco Mercantil de Investimentos S.A.

contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 5 de agosto de 2025

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Endorsed by
Luís Carlos Matias Ramos
Signed by LUÍS CARLOS MATIAS RAMOS 1300070420
CPF: 0105579620
Signing Time: 08 de agosto de 2025 | 17:18:07
C: CPM-BRASIL (C): Secretário de Receita Federal do Brasil - RFB
C: CPM
Assinatura: AC: SERTIFICA RFB-45
Certificado digital

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2025
Disponibilidades	3	1.786
Instrumentos Financeiros		591.798
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		106.451
Títulos e Valores Mobiliários	4.1	106.451
Ao valor justo por meio do resultado		58.541
Títulos e Valores Mobiliários	5.1	58.541
Ao custo amortizado		426.806
Operações de Crédito e Outros Créditos	6.1	302.703
(Provisão para Perdas Esperadas)	6.1.d)	(1.152)
Outros Ativos Financeiros	6.2	125.255
Ativos Fiscais		5.958
Correntes	7.1	22
Diferidos	7.2	5.936
Outros Ativos	8	8.577
Investimentos	9	4.980
Total do Ativo		613.099
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2025
Depósitos e demais instrumentos financeiros		451.254
Passivos Financeiros ao custo amortizado		451.254
Depósitos	10.1	451.173
Outros Passivos Financeiros		81
Provisões	11	8.028
Passivos Fiscais		8.324
Correntes		1.691
Diferidos		6.633
Outros Passivos	12	3.010
Patrimônio Líquido		142.483
Capital Social	13.1	82.028
Reservas de Capital	13.2	9.000
Reservas de Lucros	13.2	45.690
Outros Resultados Abrangentes		847
Lucros Acumulados		4.918
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		613.099

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro líquido por ação)

	Nota	30/06/2025
Receita da Intermediação Financeira		31.507
Operações de Crédito	6.1.b)	20.781
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		10.726
Despesas da Intermediação Financeira	10.2	(26.112)
Resultado líquido da Intermediação Financeira		5.395
Perdas esperadas de Ativos Financeiros	6.1.d)	(581)
Resultado líquido da perda esperada de ativos financeiros		4.814
Outras receitas (despesas) operacionais		4.520
Receitas de Prestação de Serviços	14.1	1.303
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	22
Despesas de Pessoal	14.2	(4.095)
Despesas Administrativas	14.3	(1.154)
Despesas Tributárias	14.4	(349)
Outras Receitas Operacionais	14.5	8.987
Outras Despesas Operacionais		(184)
Reversões / (Despesas) de Provisões	14.6	(10)
Resultado antes dos impostos		9.334
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.3	(4.416)
Provisão para Imposto de Renda		(2.552)
Provisão para Contribuição Social		(1.863)
Ativo Fiscal Diferido		(1)
Lucro Líquido do período		4.918
Lucro Básico e Diluído por Ação (em reais)		
Ações ordinárias		1,0192
Ações preferenciais		1,0192
Lucro Líquido Atribuído (em reais - R\$ mil)		
Ações ordinárias		4.194
Ações preferenciais		724
Número de Ações em Circulação - básico e diluído		
Ações ordinárias		4.115.057
Ações preferenciais		710.143

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais)	
30/06/2025	
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	4.918
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	(6.471)
ITENS A SEREM POSTERIORMENTE RECLASSIFICADOS PARA O RESULTADO	(6.471)
Títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - Próprios	(11.765)
Efeito Fiscal	5.294
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	(1.553)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

(Em milhares de reais)							
	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
			LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31/12/2024	82.028	9.000	6.228	35.496	7.318	-	140.070
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 (I)	-	-	-	-	-	3.966	3.966
Reclassificação da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/2021	-	-	-	3.966	-	(3.966)	-
SALDOS EM 01/01/2025	82.028	9.000	6.228	39.462	7.318	-	144.036
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(6.471)	-	(6.471)
Lucro Líquido do Período	-	-	-	-	-	4.918	4.918
SALDOS EM 30/06/2025	82.028	9.000	6.228	39.462	847	4.918	142.483
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	-	3.966	(6.471)	4.918	2.413

(I) Ajustes da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 conforme descrito nas notas 2.2.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	(Em milhares de reais)
	30/06/2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	9.334
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(8.092)
Despesa / (Reversão) e Atualização Monetária com Provisões Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	166
Atualizações Monetárias Ativas	(8.817)
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	581
Resultado de Equivalência Patrimonial	(22)
Variações em Ativos e Passivos	(33.756)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários	(5.321)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito	(82.133)
Redução (Aumento) em Outros Ativos Financeiros	(66.181)
Redução (Aumento) em Ativos Fiscais	1.438
Redução (Aumento) em Outros Ativos	8.341
Aumento (Redução) em Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros	122.943
Aumento (Redução) em Provisões	235
Aumento (Redução) em Passivos Fiscais	(8.395)
Aumento (Redução) em Outros Passivos	1.757
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(6.440)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(32.514)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aquisição de Investimentos	(4.500)
Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários	(20.573)
Alienação de Títulos e Valores Mobiliários	52.009
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	26.936
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(2.264)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(2.264)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(7.842)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	9.628
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	1.786
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(7.842)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

	(Em milhares de reais)
	30/06/2025
1 - RECEITAS	41.022
Intermediação Financeira	31.507
Prestação de Serviços	1.303
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(581)
Outras	8.793
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(26.112)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.154)
Serviços de Terceiros	(723)
Outros	(431)
Processamento de Dados	(97)
Serviços do Sistema Financeiro	(47)
Seguros	(71)
Outros	(216)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	13.756
5 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	13.756
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	22
Resultado de Equivalência Patrimonial	22
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	13.778
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	13.778
Pessoal	3.420
Remuneração Direta	3.196
Benefícios	175
FGTS	49
Impostos, Taxas e Contribuições	5.440
Federais	5.401
Municipais	39
Remuneração de Capitais Próprios	4.918
Lucros Retidos do Período	4.918

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Mercantil de Investimentos S.A. (Banco) é controlado pelo Banco Mercantil do Brasil S.A. (Controlador) e realiza suas atividades operacionais com foco no financiamento de capital às atividades produtivas a curto, médio e longo prazos. A sede do Banco e seu local principal de negócios estão localizados na Avenida do Contorno, 5800 – 14º andar, Savassi, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

2. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2025 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 02/20, as demonstrações financeiras incluem o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração do resultado abrangente, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e as notas explicativas. As normas preveem ainda que o Balanço Patrimonial passa a ser apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Para elaboração das informações contábeis em R\$ mil, de maneira geral, considera-se o arredondamento 1 para cima e 1 para baixo, seguindo as regras de arredondamento da ABNT.

Adicionalmente inclui-se a Demonstração do Valor Adicionado – DVA requerida pela legislação societária brasileira aplicável às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas estão relacionadas as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinação de constituição de provisão para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As classificações e mensurações de Ativos e Passivos Financeiros estão aderentes ao Modelo de Negócios elaborado em conjunto com o Controlador conforme estabelece o art. 5º da Resolução nº 4.966/21.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração do Banco Mercantil de Investimentos S.A. em 05/08/2025.

2.2. Mudança da Política Contábil e reclassificação de informações comparativas

Em 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução CMN nº 4.966/21 que alterou os critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e divulgação dos ativos e passivos financeiros. Os principais ajustes decorrentes da aplicação da norma são: (i) a Classificação das Operações de Créditos e Outros Créditos dado o que foi estabelecido pelo Modelo de Negócios; (ii) Apropriação de juros incorridos nas operações de crédito em atraso considerando expectativa de realização; (iii) Baixa dos ativos para prejuízo conforme novas disposições da norma; e (iv) Diferimento das receitas e/ou despesas de originação de Operações de Crédito, pelo prazo de respectivas operações, conforme metodologia de apuração da taxa de juros definida.

Balço Patrimonial	31/12/2024	Ajuste 4.966		01/01/2025
		Reclassificação	Mensuração	
Disponibilidades	1.171	-	-	1.171
Instrumentos Financeiros	477.897	-	7.211	485.108
Ao valor justo por meio do resultado	-	58.031	13.149	71.180
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	190.295	(58.031)	(5.866)	126.398
Ao custo amortizado	287.602	-	(72)	287.530
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	8.457	-	-	8.457
Títulos e Valores Mobiliários	220.016	(220.016)	-	-
Operações de Crédito e Outros Créditos	78	220.016	540	220.634
(Provisão para perdas esperadas)	(23)	-	(612)	(635)
Outros Ativos Financeiros	59.074	-	-	59.074
Ativos Fiscais	4.664	-	2.733	7.397
Correntes	1.377	-	-	1.377
Diferidos	3.287	-	2.733	6.020
Outros Ativos	8.101	-	-	8.101
Investimentos	457	-	-	457
Total do Ativo	492.290	-	9.944	502.234
Depósitos de demais Instrumentos Financeiros	328.311	-	-	328.311
Ao custo amortizado	328.311	-	-	328.311
Depósitos	327.429	-	-	327.429
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	882	-	-	882
Provisões	7.793	-	-	7.793
Passivos Fiscal	10.741	-	5.978	16.719
Correntes	4.747	-	-	4.747
Diferidos	5.994	-	5.978	11.972
Outros Passivos	5.375	-	-	5.375
Patrimônio Líquido	140.070	-	3.966	144.036
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	492.290	-	9.944	502.234

Os critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 foram aplicados prospectivamente e efeitos dos ajustes decorrentes da sua aplicação foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Adicionalmente, o Banco aderiu à faculdade dada às instituições financeiras, conforme o disposto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21 que dispensou as instituições financeiras da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

2.3. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros

Os ativos financeiros podem estar classificados em três categorias: (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado, com base no modelo de negócios e de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.966/21.

O modelo de negócio configura a maneira pela qual o Banco administra seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação.

Para ratificar a classificação com base no modelo de negócios, nas categorias que levam em consideração a intenção da administração em obter fluxos de caixa contratuais, é necessário a aplicação do teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros (*Solely Payments of Principal and Interest - SPPI Test*), cujo objetivo é verificar se as disposições contratuais dos ativos e passivos financeiros constituem apenas pagamento de principal e juros, ou seja devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e respectivo risco de crédito.

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros adquiridos ou originados com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais que se constituem, exclusivamente, pelo pagamento de principal e juros.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

Os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários".

(ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

São ativos adquiridos ou originados cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixas contratuais quanto pela sua venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidas em "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários".

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São registradas as operações não classificadas como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou aqueles que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao valor justo por meio do resultado, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em "Resultado de Títulos e Valores Mobiliários".

(iv) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto quando tivermos passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção), os quais são mensurados ao valor justo.

Os passivos financeiros ao valor justo são, inicialmente, mensurados pelo custo da transação e são, subsequentemente, ajustados pelo valor justo. São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos *pro rata die*.

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e demonstradas como redutoras no passivo correspondente.

(v) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.924/21, que aprova e torna obrigatório o pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, os ativos e passivos financeiros que são mensurados pelo valor justo, após o reconhecimento inicial, são agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- **Nível 1:** são obtidos por meio de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- **Nível 2:** são obtidos por meio de informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.
- **Nível 3:** são obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que, em grande parte, não têm como base os dados observáveis de mercado.

(vi) Provisão para perdas esperadas (*Impairment*)

- **Ativos mensurados ao custo amortizado**

O Banco avalia, em cada data do balanço, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com perda do valor recuperável (*impairment*). Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros sofrerá *impairment* quando o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

No caso de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, o valor da provisão para perda apurada com base na avaliação do aumento no risco de crédito que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro é apresentado como uma redução do saldo do ativo.

O Banco possui políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contraparte.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida e compromissos, na identificação de sua não recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

O Banco mensura os ativos financeiros ao custo amortizado que atendam aos critérios de gestão do modelo de negócios e às características dos fluxos de caixa contratuais, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21. Para esses ativos, são reconhecidas provisões para perdas esperadas, refletindo a evolução do risco de crédito ao longo do tempo.

A avaliação do risco de crédito é realizada mensalmente para determinar se houve um aumento significativo do risco desde o reconhecimento inicial do ativo. A metodologia de provisionamento segue a abordagem de estágios do Resolução CMN nº 4.966/21, que classifica os ativos financeiros em três categorias com base no risco de crédito:

- **Estágio 1 – Ativos Realizáveis:** Aplicação de provisão para perda com base na expectativa de perda de crédito para os próximos 12 meses, para ativos que não apresentem aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.
- **Estágio 2 – Ativos de Realização Duvidosa:** Aplicação de provisão considerando a perda esperada ao longo da vida do ativo, para aqueles que tenham sofrido aumento significativo do risco de crédito.
- **Estágio 3 – Ativos Não Realizáveis:** É caracterizado pelo atraso superior a 90 dias e/ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Nesse estágio, é vedado o reconhecimento, no resultado do período, de receita de qualquer natureza ainda não recebida relativa ao ativo financeiro com problema de recuperação de crédito.

A reclassificação entre os estágios ocorre conforme a evolução do risco de crédito do ativo, salvo em casos de ativos financeiros adquiridos ou originados já com evidência de perda de crédito, os quais permanecem no Estágio 3 até sua liquidação ou baixa.

Metodologia de Provisionamento

O Banco adota políticas e procedimentos específicos para gerenciar e mitigar o risco de crédito associado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A estrutura de provisionamento é composta por dois grupos principais, com critérios distintos, de apuração da provisão:

- **Créditos avaliados individualmente:** Engloba operações em que a provisão é determinada com base em critérios específicos de cada produto e em gatilhos de *impairment* previamente definidos.
- **Créditos avaliados coletivamente:** Abrange operações sujeitas a modelagem estatística para estimativa da perda esperada, com base em padrões históricos de inadimplência. Para esses créditos, são aplicados percentuais de perda conforme a segmentação da carteira e os diferentes Estágios de risco de crédito.

Os parâmetros de perda são calculados utilizando séries históricas, resultando na definição de uma taxa mediana de perda esperada. Essa análise é revisada anualmente com base nas informações mais recentes disponíveis e embutindo visões prospectivas.

Adicionalmente em atendimento à Resolução BCB nº 352/23, o nível de provisão das operações de crédito deve corresponder ao valor resultante da aplicação dos percentuais definidos na tabela contemplada no Anexos I, observados os períodos de atraso e as carteiras definidas por esta Resolução, sobre o valor contábil bruto do ativo.

Crítérios de Classificação e Avaliação

A carteira de crédito do Banco é segmentada para permitir uma avaliação granular do risco e a adequada mensuração da provisão para perdas. Essa segmentação leva em consideração fatores como: Região geográfica; Tipo de produto; Prazo contratual remanescente; Perfil do cliente ou beneficiário; Idade; Gênero; etc.

Para aprimorar a precisão da provisão, são realizados estudos periódicos sobre recuperação de crédito, bem como estudos sobre a redução do risco de crédito com base na quantidade de parcelas pagas após a regularização da operação, processo conhecido como "Cura".

Reconhecimento da Receita de Juros

A receita de juros sobre ativos classificados nos Estágios 1 e 2 é reconhecida proporcionalmente ao prazo decorrido, uma vez que ainda há expectativa de realização dos fluxos de caixa.

No Estágio 3, estão registradas as operações com perspectiva de problema de liquidez (Ativos Problemáticos); neste caso, o reconhecimento da receita de juros é interrompido. Nos casos em que a operação deixar de ser classificado como um ativo com problema de recuperação de crédito, levando em conta os critérios de Cura, o reconhecimento poderá ser retomado, de forma prospectiva, seguindo o método de juros efetivos.

Com base na análise da carteira de empréstimos e recebíveis, considera-se que operações com atraso inferior a 90 dias e sem outros sinais de deterioração do crédito permanecem classificadas como realizáveis.

Essa abordagem assegura que a provisão para perda seja adequada à realidade do risco da carteira e esteja em conformidade com os princípios contábeis e regulatórios aplicáveis.

- **Ativos classificados como Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes**

O Banco avalia no final de cada período se há aumento no risco de crédito de um ativo financeiro ou de um grupo de ativos financeiros.

Para ativos financeiros, a perda de crédito é o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que se espera receber.

A provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes será reconhecida no resultado, à rubrica Outras Despesas Operacionais.

c) Impostos e Contribuições

- **Contribuições sociais relativas ao PIS e a COFINS**

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

- **Impostos sobre renda corrente e diferido**

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída com base no lucro tributável à alíquota de 20% em conformidade com a Lei nº 14.183/21.

Os Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/20, Resolução BCB nº 15/20 e regulamentação complementar e são apresentados, integralmente, no ativo não circulante, com base na Resolução BCB nº 2/20.

d) Investimentos

As participações em sociedades coligadas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

e) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Em conformidade com a Resolução CVM nº 90/22 e Resolução CMN nº 4.924/21, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado.

f) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Resolução CVM nº 72/22, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- **Ativos contingentes** – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- **Passivos contingentes** – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- **Provisões** – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras, observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- **Obrigações legais** – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Contemplam também as obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

g) Lucro por ação

O Lucro por ação básico é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício (vide nota nº 13.4.).

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição e, dessa forma, o lucro por ação diluído é igual ao básico.

h) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio deliberados, provisionados, pagos e a pagar aos acionistas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95, e apresentados nas demonstrações financeiras nos termos da Resolução CMN nº 4.872/20. Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados.

i) Eventos não recorrentes

Os resultados não recorrentes são demonstrados em conformidade com o que trata a Resolução BCB nº 02/20 e referem-se aos eventos que não são relacionados ou são relacionados com as atividades típicas do Banco, mas não estão previstas a ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

j) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A elaboração das demonstrações financeiras requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

As estimativas contábeis são revisadas periodicamente e têm seus montantes reconhecidos na data base da revisão, bem como nos períodos futuros afetados, tais como:

- **Provisão para perdas esperadas (*Impairment*):** o Banco avalia, em cada data do balanço, se houve um aumento no risco de crédito de ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e qual a perda esperada atribuída a estes ativos. Para determinar a mensuração da perda de crédito esperada, o Banco exerce seu julgamento considerando se existem evidências objetivas que indicam que ocorreu um aumento no risco de crédito.
- **Valor justo dos ativos e passivos financeiros:** a mensuração do valor se baseia em cotações no mercado principal ou, na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para os ativos ou passivos financeiros levando em consideração todas as informações razoavelmente disponíveis. O valor justo de ativos e passivos financeiros que não são negociados em um mercado principal e que não possui informações disponíveis é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação.
- **Ativos e Passivos Contingentes:** as contingências do Banco são registradas de acordo com estudos técnicos realizados por consultores jurídicos externos, que classificam as ações de acordo com a expectativa de êxito; e estudos internos cuja modelagem aplicada resulta numa melhor avaliação de contingências massificadas; e
- **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que a instituição terá lucros tributários futuros suficientes para cobrir os ativos fiscais diferidos a serem utilizados e são avaliados com base no estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	Jun / 2025
Disponibilidades	1.786
Total	1.786

4. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

4.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Composição	Jun / 2025			
	Custo atualizado	Marcação a mercado	Perda Esperada	Valor justo/ Contábil
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	70.799	312	(6.618)	64.493
Certificado de Recebíveis Imobiliários	21.749	1.229	(64)	22.914
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	9.258	-	(15)	9.243
Nota Comercial	4.864	-	(16)	4.848
Debêntures	4.986	(1)	(32)	4.953
Total Contábil	111.656	1.540	(6.745)	106.451

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes por vencimento

Prazo	Jun / 2025
Até 1 ano	33.314
De 1 a 2 anos	7.619
De 2 a 3 anos	39.341
De 3 a 4 anos	6.347
De 4 a 5 anos	7.050
Acima de 5 anos	12.780
Total	106.451

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

A principal metodologia de valoração dos títulos utilizada é a multiplicação da quantidade de ativos em estoque pelos preços de mercado divulgados pelos sistemas de informação de mercado (ANBIMA, B3 ou demais *feeders*). Caso não seja possível capturar os preços de mercado, em decorrência de baixa liquidez dos ativos ou em função dos mesmos não possuírem registros de transações, serão estabelecidos preços teóricos através de metodologias reconhecidamente utilizadas no mercado financeiro nacional.

Adicionalmente, os títulos e valores mobiliários têm seu valor justo calculado utilizando metodologia específica de apuração da perda esperada, independente do processo de precificação à mercado, conforme definido na política institucional.

c) Perda esperada

A perda esperada, referente aos Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é como segue:

Perda	Jan / 2025	Ganhos/ Perdas	Compras	Liquidações	Transferências	Jun / 2025
Estágio 1	(378)	(919)	(167)	343	-	(1.121)
Debêntures	(1)	-	(32)	1	-	(32)
Nota Comercial	-	4	(21)	1	-	(16)
CRA	(358)	(853)	(114)	331	-	(994)
CDCA	-	(18)	-	3	-	(15)
CRI	(19)	(52)	-	7	-	(64)
Estágio 2	(562)	(5.062)	-	-	5.624	-
CRA	(562)	(5.062)	-	-	5.624	-
Estágio 3	-	-	-	-	(5.624)	(5.624)
CRA	-	-	-	-	(5.624)	(5.624)
Total Geral	(940)	(5.981)	(167)	343	-	(6.745)

5. Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado

5.1. Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado

Composição	Jun / 2025			
	Custo atualizado	Marcação a mercado	Perda Esperada	Valor justo/ Contábil
Cotas de Fundo Imobiliário	38.111	-	-	38.111
Fundo de investimentos em direitos creditórios	20.430	-	-	20.430
Total Contábil	58.541	-	-	58.541

b) Títulos e Valores Mobiliários ao valor justo por meio do resultado por vencimento

Prazo	Jun / 2025
Indeterminado	38.111
De 1 a 2 anos	20.430
Total	58.541

Os Títulos e Valores Mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

As Cotas dos Fundos de Investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

c) Perda esperada

A perda esperada, referente aos Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, é como segue:

Perda	Jan / 2025	Ganhos/ Perdas	Jun / 2025
Estágio 1	(136)	136	-
FIDC	(98)	98	-
Cotas de Fundos	(38)	38	-
Total Geral	(136)	136	-

6. Instrumentos Financeiros ao custo amortizado

6.1. Operações de Crédito e Outros Créditos

a) Composição das Operações de Crédito

	Jun / 2025	Até 1 ano
Capital de Giro		20.182
Títulos e Créditos a Receber		282.521
Total – Curso Normal		302.703

b) Receitas de Operações de Crédito

Descrição	Jun / 2025
Rendas de empréstimos	407
Outros Créditos	20.374
Total	20.781

c) Movimentação da carteira por estágio

Banco	Estágio 1	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	220.556	78	220.634
Constituição / (Reversão)	82.147	(78)	82.069
Baixa (<i>Write Off</i>)	-	-	-
Saldo em 30/06/2025	302.703	-	302.703

d) Movimentação das Perdas esperadas por estágios

Banco	Estágio 1	Estágio 3	Total
Saldo em 01/01/2025	612	23	635
Constituição / (Reversão)	604	(23)	581
Baixa (<i>Write Off</i>)	(64)	-	(64)
Saldo em 30/06/2025	1.152	-	1.152

6.2. Outros Ativos Financeiros

Refere-se, basicamente, à Direitos Creditórios e Precatórios a receber da União. Estão contabilizados pelo custo de aquisição e são atualizados mensalmente com base na variação dos índices SELIC e IPCA, conforme pactuado nos respectivos contratos (vide nota nº 14.5).

Em 30 de junho de 2025, referidos títulos registraram provisão no montante de R\$ 1.306.

7. Ativos Fiscais

7.1. Correntes - Impostos a compensar

Referem-se aos impostos e contribuições retidos na fonte no montante de R\$ 22.

7.2. Diferidos – Créditos Tributários

a) Movimentação dos créditos tributários:

Descrição	01/01/2025	Constituição	Realização	30/06/2025
Diferenças temporárias	5.917	21.443	(21.424)	5.936
Provisão para perda esperada	625	140	(646)	119
Contingências	1.591	1.704	(1.700)	1.595
Outros	3.701	19.599	(19.078)	4.222
MP 2.158/2001 ⁽¹⁾	103	-	(103)	-
Total	6.020	21.443	(21.527)	5.936

⁽¹⁾ A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

Em conformidade com o § 2º, inciso V do artigo 20 da Resolução BCB nº 02/2020, os ativos fiscais diferidos devem ser apresentados no ativo realizável a longo prazo.

b) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 1.807/99, atual 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, decorrem da aplicação da alíquota de 18% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSLL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31 de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 4.842/20 e estão ativados com realização prevista conforme demonstrado no quadro a seguir.

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, são calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes.

Diferenças Temporárias	Jun / 2025
2025	1
2026	787
2029	5.148
Total	5.936
Valor presente	1.294

7.3. Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	Jun / 2025
Resultado antes dos impostos	9.334
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.200)
Ajustes no cálculo dos tributos	(216)
Resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.416)

8. Outros Ativos

Descrição	Jun / 2025
Devedores por Depósitos em Garantia (nota nº 11.b)	8.197
Rendas a receber	49
Despesas Antecipadas ⁽¹⁾	236
Adiantamentos e Antecipações salariais	49
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	23
Devedores Diversos – País	23
Total	8.577
Circulante	372
Não circulante	8.205

⁽¹⁾ Referem-se, basicamente, ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

9. Investimentos

a) Participações em sociedades coligadas

Descrição	Jun / 2025
Capital social	11.500
Patrimônio líquido Ajustado ⁽¹⁾	9.590
Total de ações - ON	575.000
Participação %	5%
Lucro societário do período	443
Resultado de participações societárias	22
Valor dos investimentos	480

⁽¹⁾ Domo Digital Tecnologia S.A. – Empresa na qual o Banco Mercantil de Investimentos detém 5% do capital social sem controlá-la, que faz parte do mesmo grupo Mercantil, em conformidade com o artigo 248 da Lei 6.404/76.

b) Outros investimentos

Aquisição de participação de 10% no capital social da PrecPago – Soluções em Créditos Judiciais Ltda, aprovada pelo Bacen em 25/06/2025 pelo montante de R\$ 4.500.

10. Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros – Ao Custo Amortizado

10.1. Depósitos

Vencimento	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Jun / 2025
A Prazo	17.900	76.725	94.625
Interfinanceiros	356.548	-	356.548
Total	374.448	76.725	451.173

10.2. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	Jun / 2025
Depósitos	26.030
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	22
Outras - Fundo garantidor de crédito	60
Total	26.112

11. Provisões e Passivos Contingentes

A Administração acompanha regularmente o andamento das Provisões, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos, em conformidade com o CPC 25. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial.

No reconhecimento das provisões são observados os seguintes critérios:

- **Trabalhistas:** são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos. Nas ações trabalhistas com depósitos judiciais ou em fase de execução provisória, com relevância e com cálculos homologados, provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos e dos valores homologados. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica.
- **Cíveis:** são registradas com base em estudos internos cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Adicionalmente, as provisões decorrentes de processos cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.
- **Fiscais:** o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

Os percentuais de perda são apurados com base nos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas.

a) Composição das Provisões

Descrição	Jun / 2025
Provisões para riscos fiscais ⁽¹⁾	8.026
Provisões para processos cíveis	2
Total – Não circulante	8.028

⁽¹⁾ Refere-se aos questionamentos judiciais decorrentes dos seguintes processos:

- COFINS: majoração da alíquota de 3% para 4% e da majoração da base de cálculo.
- CSLL: majoração da alíquota instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

b) Movimentação das Provisões

Descrição	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 01/01/2025	7.752	-	41	7.793
Constituição / (Reversão) – vide nota nº 14.6.	49	-	(39)	10
Atualização Monetária	156	-	-	156
Atualização de depósitos / Liquidações	69	-	-	69
Saldos em 30/06/2025	8.026	-	2	8.028
Depósitos judiciais (vide nota nº 8.) ⁽¹⁾	8.026	171	-	8.197

⁽¹⁾ No caso de ações trabalhistas tratam-se de depósitos judiciais recursais.

c) Passivos contingentes

Em conformidade com a Resolução CVM nº 72/22 e Resolução CMN nº 3.823/09, as ações envolvendo riscos de perda classificados como possíveis não são reconhecidas contabilmente, mas são divulgadas em notas explicativas. As principais ações judiciais do Banco Mercantil de Investimentos S.A., classificadas pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, são de natureza tributária no montante de R\$ 2.443.

12. Outros Passivos

Descrição	Jun / 2025
Sociais e Estatutárias	2.028
Credores Diversos - no País	611
Provisão para Pagamentos a Efetuar	286
Valores a pagar à Sociedades Ligadas	85
Total – Circulante	3.010

13. Patrimônio Líquido

13.1. Capital Social

O Capital Social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	Jun / 2025	
	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	4.115.057	69.956
Preferenciais	710.143	12.072
Total do capital subscrito e integralizado	4.825.200	82.028

O Capital Social do Banco poderá ser aumentado em até o limite de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

13.2. Reservas de capital e de lucros

a) Reserva de capital: São representadas por reserva de ágio na subscrição de ações, na forma do artigo 13, §2º, da Lei nº 6.404/76.

b) Reserva legal: Constituídas à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e destina-se a compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Reservas estatutárias: Constituídas com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, em conformidade com as normas em vigor e Estatuto Social da Instituição.

Conforme disposição estatutária no semestre não houve destinação dos resultados.

13.3. Juros sobre Capital Próprio / Dividendos

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período não foram declarados juros sobre o capital próprio ou dividendos.

13.4. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível à Controladora pela média ponderada das ações em circulação durante o período, excluindo as ações adquiridas pelo Banco e mantidas em tesouraria.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	Jun / 2025
Número médio e final de ações	4.115.057	710.143	4.825.200
Número de ações, incluindo ações equivalentes de ação ordinária	4.115.057	710.143	4.825.200
Lucro básico atribuível (em R\$ mil)	4.194	724	4.918
Lucro básico por ação	1,0192	1,0192	1,0192

No período, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico.

14. Outras Receitas / (Despesas) Operacionais

14.1. Receitas de prestação de serviços

Referem-se, basicamente, ao recebimento de comissões de estruturação e distribuição de operações no mercado de capitais.

14.2. Despesas de pessoal

Descrição	Jun / 2025
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	2.266
Encargos sociais	724
Proventos	627
Participação nos lucros	303
Benefícios	175
Total	4.095

14.3. Despesas administrativas

Descrição	Jun / 2025
Serviços prestados – Ligadas ⁽¹⁾	351
Serviços de terceiros	372
Mensalidades e taxas de associações	82
Processamento de dados	97
Seguros	71
Serviços do sistema financeiro	47
Outras	134
Total	1.154

⁽¹⁾ Refere-se ao reembolso de custos de gestão e administração pagos ao seu controlador Banco Mercantil por prestação de serviços relativos à gestão de tesouraria e captação de recursos, encaminhamento de negócios e outros (vide nota nº 15.1.).

14.4. Despesas tributárias

Descrição	Jun / 2025
COFINS	218
PIS	44
ISSQN	39
Outros tributos	48
Total	349

14.5. Outras receitas operacionais

Descrição	Jun / 2025
Variações monetárias ativas ⁽¹⁾	8.817
Recuperação de encargos e despesas	11
Outras receitas	159
Total	8.987

⁽¹⁾ Refere-se basicamente às atualizações monetárias referente aos Direitos Creditórios e Precatórios a receber da União.

14.6. Reversões / (Despesas) de Provisões

Descrição	Jun / 2025
Provisões fiscais	(49)
Provisões cíveis	39
Total	(10)

14.7. Resultados não recorrentes

Em 30 de junho de 2025 não houve resultados não recorrentes relevantes de que trata a Resolução BCB nº 2/20.

15. Transações com Partes Relacionadas**15.1. Transações entre partes relacionadas**

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco, e são como segue:

Descrição	Jun / 2025
Ativos	1.786
Disponibilidades (Banco Mercantil)	1.786
Passivos	(356.634)
Depósitos Interfinanceiros (Banco Mercantil)	(356.548)
Outras obrigações (Banco Mercantil / Mercantil do Brasil Corretora S.A.)	(86)
Receitas / (Despesas)	Jun / 2025
Receitas / (Despesas) da intermediação financeira (Banco Mercantil)	(18.890)
Outras receitas / (despesas) operacionais	(378)
Outras despesas administrativas (Banco Mercantil) – vide nota nº 14.3.	(351)
Despesas de custódia de TVM (Mercantil do Brasil Corretora S.A.)	(27)

15.2. Remuneração dos Administradores e benefícios pós-emprego

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177/24.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco Mercantil de Investimentos S.A., conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

A remuneração dos administradores do Banco foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária datada de 30/04/2025, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 6.330.

A remuneração fixa dos administradores é composta, basicamente, de honorários do Conselho de Administração e da Diretoria (vide nota nº 14.2.).

Até 30 de junho de 2025, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em ações**

Até 30 de junho de 2025, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações, nos termos da Resolução CMN nº 3.989/11, para os administradores.

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

15.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, se houver, serão realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/18.

16. Gerenciamento dos Riscos e Gestão do Capital

No Banco Mercantil de Investimentos S.A., o gerenciamento dos riscos e gestão do capital e o cálculo dos limites operacionais são realizados em conjunto com o Controlador.

- Gerenciamento de Capital

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, a Instituição gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos.

São utilizados mecanismos e procedimentos que compõem a Política Institucional de Gerenciamento de Capital com o objetivo de manter o Capital compatível com os riscos incorridos pelas Instituições de forma integrada às estratégias e aos negócios de cada Instituição do Conglomerado Prudencial. Informações mais detalhadas sobre Política de Gerenciamento de Capital estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Limites Operacionais

Dentro das atividades de gerenciamento contínuo do capital o Controlador, na forma da regulamentação em vigor, apura o índice de risco consolidado, que abrange todas as instituições financeiras do conglomerado prudencial.

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. Até 30 de junho de 2025, o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) em 17,1%, perante um mínimo requerido de 8,0%, acrescido do adicional de capital principal de 2,5%. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% e Capital Principal de 4,5%, nos termos da Resolução CMN nº 4.958/21.

- Razão de Alavancagem

No Banco, a Razão de Alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial é calculada de forma consolidada pelo Controlador. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.955/21 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental

No Banco, a gestão dos Riscos de Crédito, de Liquidez, de Mercado, Operacional e Socioambiental é centralizada no Controlador, e é realizada de forma contínua e se apoia em políticas e estratégias adequadamente documentadas e em uma equipe técnica capacitada e em constante aperfeiçoamento e são utilizados modelos internos que aplicam técnicas de gestão atuais e de ferramentas tecnológicas de última geração.

Assim, em conformidade com as normas que regulamentam a matéria, o Banco Mercantil de Investimentos S.A. dispõe de Políticas aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

Informações mais detalhadas sobre Gestão de Riscos, Patrimônio de Referência Exigido e Patrimônio de Referência, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, e demais informações sobre o Conglomerado Financeiro estão disponíveis no *site* do Banco (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

- Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A tabela abaixo apresenta o valor contábil e o valor justo estimado dos ativos e passivos financeiros:

Ativos Financeiros	Valor contábil	Valor justo			
		Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	106.451	106.451	-	-	106.451
Títulos e Valores mobiliários	106.451	106.451	-	-	106.451
Ao valor justo por meio do resultado	58.541	-	-	58.541	58.541
Títulos e Valores mobiliários	58.541	-	-	58.541	58.541
Ao custo amortizado	426.806	-	426.806	-	426.806
Operações de Crédito	301.551	-	301.551	-	301.551
Outros Ativos Financeiros	125.255	-	125.255	-	125.255
Total em 30/06/2025	591.798	106.451	426.806	58.541	591.798

Passivos Financeiros	Valor contábil	Valor justo		
		Nível 2	Nível 3	Total
Ao custo amortizado	451.254	356.548	94.706	451.254
Depósitos	451.173	356.548	94.625	451.173
Outros Passivos Financeiros	81	-	81	81
Total em 30/06/2025	451.254	356.548	94.706	451.254

17. Outras Informações

A Resolução CMN nº 4.818/20 estabelece que as instituições financeiras registradas como companhia aberta ou que sejam líderes de conglomerado prudencial enquadrado no Segmento 1 (S1), no Segmento 2 (S2) ou no Segmento 3 (S3), conforme regulamentação específica, devem elaborar demonstrações financeiras anuais consolidadas adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS Foundation). De acordo com a norma, todas as instituições estão obrigadas a adotar o IFRS na elaboração de todas as suas demonstrações financeiras consolidadas, inclusive aquelas impostas por disposição legal ou regulamentar, independentemente de sua periodicidade, anual ou intermediária.

Neste contexto, o Banco Mercantil de Investimentos S.A. apresenta suas Demonstrações Financeiras no padrão contábil internacional em conjunto com o Controlador, razão pela qual os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas em IFRS não foram apresentados levando-se em consideração que não são aplicáveis ao Banco.

Assim, o Controlador, divulga suas demonstrações financeiras consolidadas em IFRS referentes à 30 de junho de 2025 simultaneamente às demonstrações financeiras em BRGAAP no *site* (www.bancomercantil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI), na Central de Balanços do Banco Central do Brasil e na CVM, conforme permitido pelo disposto no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21.

Outras informações poderão ser obtidas no *site* (www.bancomercantil.com.br), no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/).

BANCO MERCANTIL DE INVESTIMENTOS S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Henrique Andrade de Araújo - Presidente
Marco Antônio Andrade de Araújo – Vice-Presidente
Paulo Henrique Brant de Araujo – Secretário

Delson de Miranda Tolentino
Roberto Godoy Assumpção

DIRETORIA

DIRETOR-PRESIDENTE
Paulo Henrique Brant de Araujo

DIRETOR VICE-PRESIDENTE
Hitosi Hassegawa

DIRETORES
Felipe Lopes Boff
Luiz Carlos de Araújo

CONTADOR

Anderson Guedes Inocêncio
CRC-MG nº 077029/0-7

Em cumprimento ao disposto no art. 27, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 80, de 29 de março de 2022, os Diretores do Banco Mercantil de Investimentos S.A. – “BMI”, declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do BMI, relativas ao período findo em 30 de junho de 2025, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., resultante do procedimento de auditoria realizado nas referidas demonstrações.

Belo Horizonte-MG, 05 de agosto de 2025.

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores
Paulo Henrique Brant de Araujo

Diretor Vice-Presidente
Hitosi Hassegawa

Diretores
Felipe Lopes Boff
Luiz Carlos de Araújo



BANCO
MERCANTIL DE
INVESTIMENTOS